

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano VI | Volume 19 | Nº 56 | Boa Vista | 2024

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<https://doi.org/10.5281/zenodo.13665297>



A GÊNESE DO RECONHECIMENTO EM AXEL HONNETH¹

Matheus Michels Kieling²

Resumo

O tema deste estudo é o percurso analítico do reconhecimento na teoria de Axel Honneth. O objetivo é desdobrar os motivos aos quais levaram Honneth a formular o seu conceito. Com isso, o foco do texto se mostra em revisitar os escritos de Honneth no intuito de entender quais correntes teóricas levaram o autor a elaborar seu conceito de reconhecimento. Para isso, será analisado o percurso teórico de Honneth a respeito do marxismo conectando-o a antropologia filosófica. O resgate que tal corrente proporciona a Honneth, o faz deslocar-se de uma análise tradicional marxista para alternativas que o possibilite reinterpretar o marxismo. Por meio do método dedutivo, com perspectivas descritivas e interpretativas, é visto como sua incursão nos estudos da filosofia e sociologia francesa, por intermédio de uma análise dos textos do autor nos anos 80, permite entender como Honneth visualiza uma alternativa mediante os problemas identificados ao longo da trajetória da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt. Os resultados desta pesquisa demonstram que posicionando-se como teórico desta tradição, Honneth visa elaborar uma teoria para corrigir o que denomina como o déficit sociológico na Teoria Crítica. Desse modo, a conclusão do estudo é de que o reconhecimento surge pela crítica a inúmeros autores, sendo este carregado de pressupostos que sustentaram seu livro mais importante *Luta por Reconhecimento*.

Palavras-chave: Antropologia Filosófica; Déficit Sociológico; Reconhecimento; Sociologia Francesa; Teoria Crítica.

23

Abstract

The theme of this study is the analytical path of recognition in Axel Honneth's theory. The objective is to reveal the reasons that led Honneth to formulate his concept. Therefore, the focus of the text is to revisit Honneth's writings in order to understand which theoretical currents led the author to develop his concept of recognition. To this end, Honneth's theoretical path regarding Marxism will be analyzed, connecting it to philosophical anthropology. The rescue that this current provides to Honneth makes him move from a traditional Marxist analysis to alternatives that enable him to reinterpret Marxism. Through the deductive method, with descriptive and interpretative perspectives, it is seen how his foray into the studies of French philosophy and sociology, through an analysis of the author's texts in the 80s, allows us to understand how Honneth visualizes an alternative through the problems identified in the throughout the trajectory of the Frankfurt School's Critical Theory. The results of this research demonstrate that positioning oneself as a theorist of this tradition, Honneth aims to develop a theory to correct what he calls the sociological deficit in Critical Theory. Thus, the conclusion of this study is that recognition arises through criticism of countless authors, which is loaded with assumptions that supported his most important book *Struggle for Recognition*.

Keywords: Critical Theory; French Sociology; Philosophical Anthropology; Recognition; Sociological Deficit.

¹ A presente pesquisa contou com apoio institucional da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² Doutorando em Sociologia e Ciência Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail para contato: matheus_zodie@hotmail.com



INTRODUÇÃO

O presente estudo tem o objetivo verificar a fundamentação teórica na qual o reconhecimento foi emergindo como conceito central na teoria de Honneth. Nesse sentido, rastrear as primeiras intuições nos artigos e livros iniciais do autor nos auxilia a compreender a lógica do movimento teórico que ele se ocupa e que vai desdobrando em uma concepção de reconhecimento fortemente atrelada a uma perspectiva moral-marxista. A justificativa se mostra na importância de averiguar as implicações iniciais de Honneth que culminaram em seu conceito de reconhecimento, com o propósito de entender os motivos das lutas sociais.

À luz de sua herança em Marx é possível compreender o modo como a preponderância da tradição marxista pôde ir modelando a fundamentação consolidada em Honneth, ao se atrelar a Mead, Winnicott e Hegel, na elaboração de seu livro de 1992 *Luta por Reconhecimento*. Levando em consideração tais abordagens, a proposta deste texto é verificar, por meio de um percurso teórico, qual a leitura que Honneth faz de Marx, em termos de apropriação crítica, para posteriormente recorrer a autores que fundamentavam a própria crítica de Marx, tal como a antropologia filosófica procedente da intersubjetividade corporal de Ludwig Feuerbach.

Com abordagem metodológica dedutiva, propõe-se uma elaboração descritiva e interpretativa do levantamento de textos de Honneth que contribuíram para a consolidação de seu conceito de reconhecimento. O procedimento de levantamento de dados se deu por meio de uma revisão bibliográfica de textos que circundam justamente o intuito de averiguar, por uma análise hermenêutica dos textos de Honneth, com base descritiva e argumentativa visando um meio qualitativo de análise, entender a origem conceitual do reconhecimento na teoria do autor. De tal modo, o recorte conceitual se situa sobretudo na juventude de Honneth, mobilizando, em um primeiro momento da crítica marxista que estava atrelada a um paradigma do trabalho com viés reprodutivista, além de situar, posteriormente, textos que dialogavam com a corrente filosófica francesa, que modelou sua teoria do reconhecimento. A primeira subseção trata da reinterpretação que Honneth elabora em Marx, sobretudo em seu primeiro livro *Social Action and Human Nature*. Com isso, o intuito é evocar os potenciais emancipatórios que se desvinculam do que Honneth denomina como reducionismo funcionalista, ou seja, o trabalho social apenas assume funções reprodutivas, com propósito de reabilitar a categoria trabalho no intuito de entender um vínculo entre o reconhecimento e a categoria trabalho. Na segunda subseção, será apresentada como a sociologia francesa contribui para a formulação do conceito, problematizando sobretudo de que modo as críticas que Honneth estabelece a teoria da reprodução social bourdiesiana, assim como a fenomenologia de Merleau-Ponty, abrem caminhos alternativos para repensar a interação



humana a partir de uma dimensão interpretativa que desloque uma noção de relação estratégica entre indivíduos, para uma relação que ilustra a dependência mútua de sua formação, isso porque o processo de socialização se mostra o fio condutor dos estudos sociológicos de Honneth, revelando como ele entende as relações sociais de produção a partir de um ponto de vista moral,.

Contrastado a essa fundamentação, é realizada uma análise referente ao período em que Honneth debruçou-se a respeito da filosofia e sociologia francesa, e como isso foi articulado como apropriação crítica e emergente no conceito de reconhecimento. Na última subseção, fundamentalmente, ao elencar como Honneth se posiciona como autor teórico crítico e herdeiro da tradição da chamada Escola de Frankfurt, influenciado por fortes pressupostos que contornavam seu percurso intelectual, sobretudo a própria antropologia filosófica, tenta-se problematizar de um modo particular a trajetória histórica da tradição da Teoria Crítica, de Horkheimer à Habermas, passando por Foucault, avaliando como Honneth critica tais autores através do que ele denomina como estágios reflexivos, que iriam compor aquilo que o autor denomina como o déficit sociológico na Teoria Crítica. Desse modo, como conclusão, espera-se, resgatando esse percurso, compreender como as conexões propostas por Honneth que tocam desde os escritos de Marx até Habermas, ajudam a revelar a complexidade teórica que forneceria o protagonismo ao reconhecimento enquanto novo paradigma teórico de uma teoria crítica da sociedade.

A ANÁLISE DE MARX ATRAVÉS DE UMA PERSPECTIVA CRÍTICA-MORAL

De que maneira a gênese de uma concepção de reconhecimento poderia estar conectada a uma ideia marxista, cuja proposta seria descrever as contradições inerentes de uma sociedade capitalista, vendo a composição da realidade social somente, a princípio, através de relações sociais atravessadas entre forças produtivas e relações de produção? Tal pergunta poderia ser colocada nas intuições de Honneth, ao investigar o primado marxista, em que as relações sociais inscritas dentro de um processo de trabalho capitalista, não apenas sustentavam uma função exploradora do trabalho condenado pelo capital, mas também, indicavam os aspectos inerentes cuja concepção de criação inscrita no processo de produção poderiam se remeter a uma relação moral de trabalho.

O entendimento que se revela por trás dos escritos iniciais de Honneth, que, por consequência, estariam inscritos numa fundamentação do reconhecimento, seria o movimento no qual a realidade social seria explicada por meio de interações intersubjetivas entre indivíduos, de modo que estas constituiriam a formação da realidade social. Esta abordagem se comprova sobretudo no primeiro livro de Honneth, escrito juntamente com Hans Joas, intitulado *Social Action and Human Nature*, original de



1980, que também será discutido. Além disso, a intenção do livro se mostra ao dar uma centralidade às noções de ação e práxis que se mostram presentes no debate frente as teorias da antropologia filosófica (HONNETH AND JOAS, 1988, p. 11). Nesse ponto, uma conexão a respeito do trabalho pode ser operacionalizada se for levada em consideração a transformação da natureza enquanto processo social. Sobre isso, Sobottka (2015, p. 52) aborda sobre as mudanças a respeito das considerações sobre o trabalho intercalando como a relação interposta do homem com a natureza dar-se-ia pela divisão do trabalho em suas formas diversas, onde o advento da alienação e exploração acabariam emergindo, vulnerabilizando um processo que iria se expressar na vida dos indivíduos.

Uma interpretação, nesse sentido, sob a emancipação nos estudos de Marx, se dá na direção sob a visão que se tem do homem enquanto ser que se relaciona com a natureza, transformando-a em materiais que satisfazem suas necessidades, ou, para utilizar a linguagem de Marx, que crie valor de uso. A intuição de Sobottka ajuda a entender como esse olhar sobre a interação do homem com a natureza no trabalho de Marx, fornece meios para a reprodução de sua própria vida, de modo que a operacionalização que se dá com a força de trabalho seja dispendida na realização de um produto, transformando-se num valor de uso capaz de satisfazer as necessidades de um consumidor. Já no que tange ao processo de fragmentação da sociedade capitalista, este é organizado com a separação dos trabalhadores do seu meio de produção, onde, para Honneth, a impossibilidade de um reconhecimento mútuo tem a possibilidade de ser interpretada com o fato de que a destruição das formas de reconhecimento indicaria um conflito interno moral, de modo que isso levaria os trabalhadores a lutarem por condições dignas de trabalho, seguindo as intuições de Marx, indicando que mesmo que o autor aparentemente só trate as relações por meio de uma luta de classes mediante uma análise estratégica do poder, esse fato também “[...] representa um tipo de conflito moral em que uma classe oprimida luta para alcançar as condições sociais para seu auto-respeito” (HONNETH, 1995, p. 13). Esse ponto se mostra crucial na interpretação de Honneth a respeito de Marx, pois indica que ele consegue se afastar de uma lógica interna onde o acesso aos meios materiais de reprodução da vida não são apenas interpretados enquanto uma lógica instrumental-utilitarista de satisfações, mas também, são vistos a partir da perspectiva da pessoa que consegue obter a autorrealização tanto na construção de suas capacidades individuais, quanto a um reconhecimento de outros parceiros de interação, na medida que uma divisão do trabalho possibilita ambos os parceiros a encararem-se como pessoas carentes.

Tentando verificar a conexão entre a ação instrumental com a categoria trabalho, Honneth, logo no início dos anos 80, tentaria reinterpretar o marxismo, sobretudo a concepção de trabalho, a partir de uma outra perspectiva. Seguindo tal intenção, Honneth analisa o pessimismo a respeito do trabalho na sua condição de reprodutibilidade:



Os conceitos psicológicos triviais da teoria da miséria e as versões tecnológicas do materialismo histórico são exemplos de interpretações que eliminaram resolutamente a questão relativa à relação entre emancipação social e trabalho social, para a qual Marx buscou uma resposta na tensão entre as formas orgânicas artesanais de trabalho e o trabalho fragmentado da indústria capitalista (HONNETH, 1995, p. 26).

Isso indica como o entendimento do trabalho, sendo interpretado unicamente a partir do materialismo histórico enquanto técnica, retira a conexão existente entre trabalho social e emancipação social. Nesse sentido, como o reconhecimento poderia emergir a partir disso? Honneth lança mão de suas primeiras intuições a respeito desse conceito em que a operacionalização do trabalho realizada pelos trabalhadores dar-se-ia mediante uma atuação histórica. Tal lógica é sustentada por Deranty:

O impacto dos estudos de Schmidt, dos escritos da Escola de Budapeste e da extensão do materialismo histórico de Habermas em meados da década de 1970, encorajaram Honneth a aventurar-se decisivamente no caminho de fundamentar a crítica da Sociedade numa antropologia filosófica (DERANTY, 2009, p. 33).

Por essa perspectiva, verifica-se que Honneth considera que a corrente teórica marxista, enquanto proposta crítica, influenciou perspectivas sobre materialismo histórico, em Marx, mas estava contido por um nexos reduzido de um modelo de ação instrumental, onde estes estudos acabaram demandando um deslocamento interpretativo da interação social:

Desta forma, a abstração consciente da análise de Marx sobre o capital a partir dos plexos de interação que moldam a personalidade tornou-se o modelo e, portanto, o grilhão da pesquisa histórico-materialista, embora uma análise politicamente eficaz dos processos de mudança social em particular exija um conceito de comunicação internamente matizado (HONNETH; JOAS, 1988, p. 4).

Essas inquietações justamente sugerem o vínculo, posteriormente estabelecido por Honneth, ao interpretar as relações sociais de produção sob a própria influência da antropologia filosófica. Lysaker (2021) entende a primazia que Honneth dá a antropologia filosófica que permite entender o que fundamenta a identidade humana:

Na minha opinião, a antropologia filosófica de Honneth é uma chave para entender seu pensamento. Como as citações acima sugerem, devido à sua ideia original das pré-condições imutáveis, esse núcleo antropológico corre como um fio vermelho por sua escrita, pelo menos entre 1980 e 1995. A razão pela qual acredito que as ideias de Honneth constituem uma antropologia filosófica é que esse campo explora os blocos de construção mais fundamentais da existência humana (LYSAKER, 2021, p. 95).

A antropologia filosófica visava dar um caráter mais abrangente do trabalho a partir da perspectiva da criação, que vincularia os indivíduos entre si, denotando uma ideia de emancipação pelo



trabalho, indicando como essa categoria poderia ser explorada por uma via analítica que não seja somente atrelada a reprodução do capital que se visa muito por quem interpreta Marx.

Isso porque o caráter multifacetado da categoria trabalho na trajetória de Marx deveria unir uma crítica imanente a própria descrição conceitual da realidade em termos sociológicos. O que corrobora essa análise é o fato de que, para Deranty, “o problema da aparente multiplicidade de significados do conceito de trabalho ao longo dos escritos de Marx enquanto conceitos diferentes de trabalho deveriam amarrar a descrição socioteórica à crítica social e à ideia de emancipação” (DERANTY, 2018, p. 638). Desse modo, o que se pode interpretar da análise de Deranty, seria que Honneth tenta empregar tal tentativa ao alocar um excedente normativo inscrito na concepção de trabalho, que justamente serve de composto para apontar o próprio potencial emancipatório no trabalho.

Honneth inicialmente vai defender uma tese em que uma ideia de crise do capital não assume o lócus primordial de análise numa teoria da sociedade, caso o intuito do teórico social for a de efetivar uma noção prática de ação. Seria em detrimento disso que uma revolução ‘a la Marx’ seria altamente questionada por Honneth, e isso pelo fato de que:

No entanto, em vez de um modelo argumentativo que procura explicar a possibilidade de emancipação social diretamente com base no potencial educativo do trabalho, surgiu o modelo menos ambicioso de qualificação técnica e disciplina da classe trabalhadora através do trabalho fabril industrial. (HONNETH, 1995, p. 25).

É nesse sentido que Honneth começa a se dar conta de que precisa reatualizar Marx, e para isso, uma nova noção de encarar o trabalhador se torna necessária. Desse modo, ao ver o trabalho a partir de uma concepção em que o trabalhador seria produto e produtor do meio social que produz, a noção categórica crítica em Honneth vai se remodelando por uma antropologia filosófica voltada a ação social. A necessidade de repensar a teoria marxista, para Honneth, mostra-se devido, sobretudo, ao fato de que uma teoria da revolução se mostrava como limitada para compor um conceito de trabalho. Trabalhos importantes, como o de Bressiani (2015) comprovam como a concepção de trabalho em Honneth seria fundamentada pelas suas investigações sobre o marxismo enquanto legado da Teoria Crítica, e porque seria necessário repensar o materialismo histórico, sobretudo como proposto por Habermas.

É nesse sentido que Honneth tentaria resgatar a antropologia filosófica que, segundo Rúrion Melo (2014, p. 149) “poderia servir de fio condutor para o desenvolvimento que da Teoria Crítica” devido ao reducionismo presente nessa tradição. Isso se comprova quando Honneth indaga a posição que a tradição da Escola de Frankfurt, que em seu início teve como grande representante Max Horkheimer, ficou presa a tal abordagem metodológica:



Como nenhum outro tipo de ação social é concedido ao lado do trabalho social, Horkheimer só pode levar em conta as formas instrumentais da prática social sistematicamente no nível de sua teoria da sociedade e, portanto, perde de vista aquela dimensão da prática cotidiana na qual os sujeitos socializados geram e desenvolvem criativamente orientações de ação comuns de maneira comunicativa (HONNETH, 1995, p. 71-72).

Isso indicaria um potencial emancipatório mostrando exatamente como as formas sociais de dominação que uma teoria marxista que deveria revelar a partir das contradições inerentes ao capitalismo, mas que não se formavam de modo satisfatório para Honneth. Desse modo, ele vai elaborar inicialmente uma teoria voltada a práxis que carrega uma fundamentação na antropologia filosófica, justamente para ir na contramão deste déficit, denominado pelo autor como “reducionismo funcionalista” (HONNETH, 1995, p. 70). Melo (2014), identifica como Horkheimer, para Honneth, não definiu o que seria um “comportamento crítico” que questiona o trabalho social. Este déficit abrigaria diversos ramos de estudo da chamada Escola de Frankfurt, tais como a psicanálise, teoria da cultura e economia política, que deveriam operar de modo reflexivo na práxis social, porém, o desenvolvimento teórico, unido a tais ferramentas, se alocou unicamente a lógica do trabalho social. Em contrapartida, Bressiani (2015) verifica como Honneth faz isso da perspectiva do reducionismo para corrigir Habermas a respeito de sua construção do materialismo histórico indicando sua distinção entre trabalho e interação, já para Caux (2015), esse reducionismo seria uma opção metodológica que tentou unificar metodologicamente economia, psicologia, passando para análises da cultura. Este grande equívoco desagua naquilo que Honneth também encara como parte pertencente ao “déficit sociológico na Ciência Social interdisciplinar que Horkheimer vê como a solução oferecida pelo programa de uma teoria social crítica” (HONNETH, 1991, p. 17), ou seja, o conteúdo interdisciplinar toma o trabalho como aquilo que possibilita qualquer ação das pessoas. Porém, a despeito de como a própria teoria da crise seria insuficiente para explicar a realidade social, Honneth, junto com Hans Joas, em 1980, em seu livro intitulado *Social Action and Human Nature*, tentam verificar em que medida o funcionalismo marxista estaria impedido de evocar potenciais emancipatórios inscritos na realidade social, tentando elaborar um marco teórico em que a antropologia filosófica poderia fornecer um quadro analítico à Teoria Crítica, pelo fato de que, uma concepção de práxis teria de ser modelada para não cair em aporias semelhantes a primeira geração desta tradição intelectual. De tal modo, o que se observa é que a própria gênese do reconhecimento estaria ancorada nessa perspectiva da antropologia filosófica.

O retorno teórico feito por Honneth nesse momento seria no intuito de atentar para as relações intersubjetivas, sobretudo nos teóricos pertencentes a tradição hegeliana tal como Feuerbach. A tradição dos hegelianos de esquerda, sobretudo o próprio Feuerbach, remonta a um caráter específico onde a própria ação social seria composta a partir de um sensualismo que se volta a intersubjetividade



(HONNETH AND JOAS, 1988, p. 15). Nesse sentido, Honneth iria se orientar para o fato de que a natureza proveniente da teoria de Feuerbach seria inicialmente a natureza humana, onde esta revela a existência mundana enquanto capacidade para a ação das pessoas (HONNETH; JOAS, 1988, p. 17). Esta tradição de caráter antropológico fornece um sentido explicativo para a existência pela relação social, permitindo estabelecer uma conexão teórica do materialismo histórico marxista ao qual Honneth se filia, com o materialismo antropológico abordado. A tradição em que a ação social antropológica, nesse momento, circunda a teoria de Honneth, o ligaria a George Herbert Mead visando ressaltar a pluralidade de contextos da ação humana, e junto com Feuerbach, Honneth e Joas dão um caráter para a intersubjetividade humana.

A linha argumentativa que circunda nesse momento se revela fundamental, pois se mostra presente um caráter que será repostado em *Luta por Reconhecimento* na crítica com a noção de ação em Feuerbach, isso porque o próprio processo de socialização irá se traduzir posteriormente na obra madura de Honneth, a partir dos estudos de Donald Winnicott por um tipo de reconhecimento que vise a formação da personalidade da criança (HONNETH, 2003). Nesse sentido, a interpretação de Deranty (2009, p. 118) a respeito de Feuerbach se ilustra como profícua, pois o autor encara sua teoria filosófica como natureza intersubjetiva, onde um fundamento inicial vai ser traduzido, posteriormente, num modelo de reconhecimento pós-metafísico em George Herbert Mead, tal como o autor também aborda no que tange aos seus argumentos interacionistas ligados:

A natureza intersubjetiva do processo de subjetivação; a natureza intersubjetiva da certeza do sujeito sobre a existência de objetos externos; a “constituição ontogenética das coisas a partir do esquema da ação que ocorre na interação”; uma teoria consensual da verdade; um conceito de reflexão “entendido como diálogo que foi transposto para o interior do ser humano”; um modelo de “assunção de papéis”; uma interpretação da consciência como “figura de apego internalizada” (DERANTY, 2009, p. 27-28).

Desse modo, pode-se perceber claramente e justificar o argumento como a intenção que circunda as reflexões em torno de Feuerbach ilustram um caminho alternativo de encarar o marxismo a partir de uma perspectiva da ação social presente em Honneth. Isso porque, de acordo com Melo (2014, p. 149), o referencial teórico na antropologia filosófica estaria fundamentado enquanto gênese do conceito de reconhecimento, resguardado enquanto teoria social. Nesse sentido, a centralidade das formulações a respeito do trabalho elaboradas pela Teoria Crítica, sobretudo as abordagens de Horkheimer posteriormente ao seu programa de 1937, estariam deslocadas dos próprios nexos reflexivos que apontam, como consequência, para um certo enrijecimento da teoria. O resultado desse processo é que a Teoria Crítica cairia numa abstração conceitual que levou o marxismo a encarar o âmbito do social



completamente obscurecido por uma vertente analítica voltada ao processo de reificação do trabalho social.

Além disso, a corrente pertencente a antropologia filosófica, ao qual Honneth estaria ligado em seus primeiros escritos, fornece uma interpretação na qual o seu livro *Social Action and Human Nature* indica a reflexividade enquanto processos de aprendizagem. Nesse sentido, os autores resgatam os escritos de Arnold Gehlen na tentativa de conectar uma teoria social na perspectiva da antropologia filosófica. Gehlen, de acordo com os objetivos dos autores:

Quer tornar a estrutura de sua antropologia dependente, tanto categoricamente quanto metodologicamente, de um princípio de vida integral característico do ser humano em sua dotação física, bem como em suas capacidades psíquicas; ele concebe as peculiaridades orgânicas do ser humano como pressupostos para, e suas realizações culturais como resultados de, a "capacidade de ação" como a lei estrutural unitária da vida humana (HONNETH; JOAS, 1988, p. 51).

A inserção na teoria de George Herbert Mead, nesse momento, apesar de se mostrar tímida, pois ela não assume agora a centralidade tal como em *Luta por Reconhecimento*, é encarada como resposta crítica à Gehlen, isso porque Mead pressupõe uma outra teoria da socialização que também forma a identidade dos sujeitos, mas estando atrelado a um caráter relacional da formação da realidade social, mediante estímulos e respostas que incitam um sujeito a comunicar-se com outro, estabelecendo seu campo de significado na realidade social, formando os indivíduos e, por consequência, a sociedade (HONNETH; JOAS, 1988, p. 62). Nesse sentido, para Bressiani (2015, p. 40), a dificuldade teórica em captar a teoria de Gehlen na fundamentação do reconhecimento seria que Honneth entende que não há processo de aprendizagem na abordagem de Gehlen, pois este encara como ameaça as relações do indivíduo com o mundo externo, vendo esse processo enquanto perigo para o indivíduo, fazendo, a princípio, cair numa filosofia da consciência, abdicando a capacidade transformadora da realidade social que poderia ser apreendida em sua teoria.

De tal modo, os caminhos alternativos que se mostravam para uma concepção reflexiva teórica, se apresentam na abordagem da reconstrução materialista de Habermas. A contribuição deste autor para Honneth, nesse momento, se dá pelo fato de que uma dupla perspectiva a respeito do processo de racionalização social enquanto contexto de surgimento abre novas portas para se encarar a realidade social. Nesse sentido, a diferenciação entre as categorias denominadas por Habermas enquanto trabalho e interação, elaboradas em seu livro *Técnica e Ciência como Ideologia* de 1968, se voltam a um critério interpretativo da reprodução social, onde o domínio técnico por instrumentos se encontram na base da ação instrumental feito pelo uso estratégico dos indivíduos, e a práxis social possibilitada pela interação cria um âmbito normativo num espaço social de sujeitos que compartilham experiências numa interação



intersubjetivamente mediada pela linguagem. Mesmo com essa inserção de Habermas, Honneth estará mais interessado a partir de uma noção intersubjetiva da interação social mais voltada a aspectos que, além de explicarem o complexo racional multifacetado do agir humano, se mostre fundamentalmente ancorado em uma práxis pré-teórica que ilustre um caráter de fundamento que compense a fraqueza sistemática que acompanhou a Teoria Crítica, inclusive no modelo habermasiano. Ainda seguindo a perspectiva de Bressiani (2015, p. 42), a autora problematiza o fato de que Honneth e Joas iriam justamente na contramão do modelo dualista entre trabalho e interação, isso porque uma fundamentação teórica baseada na comunicação, como imagina Habermas, translada ambas as instâncias de ação, e nesse sentido que a incorporação de Mead se justifica como diferente em Honneth em comparação à Habermas, pois ao passo que Habermas incorpora Mead mediante uma teoria do discurso, Honneth e Joas acreditam ser necessário abordá-lo por uma perspectiva da intersubjetividade e cooperação no intuito de superar a proposta habermasiana.

Para Antti Kauppinen (2002, p. 486), há uma diferenciação entre a abordagem linguística de Habermas e a fundamentação antropológica de Honneth, isso porque o autor entende que Honneth está interessado, nesse momento, nos processos intersubjetivos aos quais estariam fundamentados a elaboração da intersubjetividade dos indivíduos. O que se pode refletir disso seria que tal fundamentação estaria fortemente atrelada enquanto herança conceitual que se mostrará em *Luta por Reconhecimento*, pelo fato de que a ideia de autorrelação prática a qual os indivíduos reproduzem suas vidas, apenas estaria possibilitada mediante relações específicas estabelecidas historicamente, as quais Honneth denominará como as formas de reconhecimento, onde o entendimento que a pessoa teria de si e o próprio tratamento que ela daria a si seria dependente da relação que se estabeleceria com outros indivíduo, fornecendo um “aperfeiçoamento normativo das relações de reconhecimento” (HONNETH, 2003, p. 275).

Visando buscar contornos a essa fraqueza que Honneth encontra em Habermas, Honneth vai elaborar uma série de análises a respeito da sociologia e filosofia francesa pelo fato de acreditar que tal corrente poderia indicar traços ancorados em formas de dominação que indique noções interpretativas alternativas ao modelo proposto por Habermas.

A SOCIOLOGIA FRANCESA COMO CAMINHO ALTERNATIVO

A teoria social francesa pulsa como uma nova fronteira intelectual no período pós-guerra, sobretudo com o advento do estruturalismo fortemente contribuído por Claude Lévi-Strauss. Os ensaios de Honneth que perpassam ao longo dos anos 1980 se voltam, preponderantemente a respeito da



sociologia e filosofia francesa, vão indicando caminhos aos quais o reconhecimento é formado mediante críticas a diversos autores tais como Pierre Bourdieu, Merleau-Ponty e Jean Paul Sartre.

Ao se voltar sob a teoria que trata a respeito da ação cultural, Honneth irá se debruçar sobre a teoria cultural de Pierre Bourdieu no intuito de verificar como a reprodução social do poder, incrustado nas relações sociais, molda uma visão de sociedade que permite Honneth encará-la mediante disputas. No artigo de 1984 sob o título “The Fragmented World of Symbolic Forms” (HONNETH, 1995, p. 184-201), Honneth tem como intenção apreender criticamente - estratégia conceitual constante na análise de vários autores – a categoria de *habitus* enquanto forma pré-reflexiva que permite ser reinterpretada como uma categoria que possibilite ser analisada de forma crítica enquanto experiência de injustiça, embora Honneth considere esse conceito apenas como dependente de um modelo de representação reducionista (HONNETH, 1995, p. 194).

Tal advento da análise honnethiana se dá, sobretudo, porque ocorre um contraste entre os próprios dispositivos funcionais operantes na cultura que adquire um novo significado. Nesse sentido, a cultura não seria mais as “formas simbólicas de expressão. de tentativa de afirmar sua superioridade social sobre os grupos sociais, mas as formas culturais de vida nas quais os grupos sociais primeiro se esforçam para manter sua identidade coletiva” (HONNETH, 1995, p. 199). A interpretação alternativa que Honneth procura fazer de Bourdieu seria a de que o capital cultural não precisaria ser interpretado unicamente como ferramenta de ascensão social num campo pré-determinado, mas, além disso, Honneth procura ver como um critério de sociabilidade estaria sendo estabelecido entre grupos sociais, e como a partir disso, relações sociais de poder emergem enquanto lutas sociais coletivas.

Essa análise vai localizar Honneth numa posição muito particular ao propor sua interpretação da teoria de Bourdieu. Isso porque o caráter de ‘luta’ chega a ser entendido de modo diferente pelos dois autores. Se Bourdieu compreende a luta social como uma disputa para obter prestígio, Honneth interpreta como Bourdieu “...sees the competitive social struggle as entailing a continuous series of strategies to acquire and then lock up these resources” (HONNETH, 1995, p. 191). Isso também pode ser refletido enquanto ‘luta simbólica’, dentro de um espaço social específico denominado como campo, sendo operacionalizado para obter prestígio visando ascensão social, onde Honneth estaria entendendo a luta mediante um caráter moral, e não como uso estratégico. Esse apontamento ajuda a compreender como a noção de *habitus* se torna redutora para Honneth, isso pois, ao passo que sendo este conceito um princípio gerador de práticas que se cristaliza formando regras sociais dentro de um campo onde os indivíduos deveriam seguir para atingir prestígio social, conforme apontado no livro de Bourdieu *A Distinção*, de 1979, Honneth vai apontar a existência de uma carência de uma maior sensibilidade dessa concepção teórica caso ela tenha como pretensão a expressão das formas sociais no cotidiano, expondo



uma resignificação da cultura (HONNETH, 1995, p. 194). Honneth parece compreender um funcionalismo na teoria bourdiesiana ao tratar das classes sociais em relação a cultura como um critério adaptativo. Para Avelino *et al.* (2022) o *habitus* em Bourdieu, podendo ser entendido como professoral, se volta a estímulos de dependência recíproca, vinculado a teoria de Vigotsky, que indica como o aprendizado vinculado a desenvolvimentos e práticas.

Torna-se importante apontar a dimensão que o reconhecimento assume de modo rudimentar nesse momento em Honneth, pois a ideia referente a um estilo de vida que incorpora novos valores a partir da aceitação de grupos, cria uma primeira forma de reconhecimento que iria se desdobrar enquanto uma reciprocidade de caráter normativo no período de mais maturidade na teoria de Honneth, sobretudo quanto a um possível conflito cultural enquanto luta por reconhecimento. Interpretações como a de Deranty (2009, p. 305) corroboram essa análise, pois o autor indica também que no modelo de reconhecimento de Honneth, a teoria crítica ainda trazia uma centralidade a luta de classes fornecendo uma “virada culturalista”.

Nesse sentido, pode-se analisar de forma conclusiva a respeito de Bourdieu, que Honneth não enquadra nas suas intuições teóricas o acúmulo de bens culturais enquanto certo tipo de capital que atua de forma paralela a outros tipos, tais como o capital social e econômico, por exemplo, como na teoria de Bourdieu, mas sim, a cultura seria um corpo de valores compartilhados que apreendem novas formas sociais de expressão e socialização. De acordo com Christopher Zurn (2015, p. 17-18), há certa dificuldade de conseguir apreender no longo período ao qual Honneth se dedica ao estudo dos autores franceses, qual a sua real influência para o conceito de reconhecimento. O caráter presente no sofrimento seria uma sensação a qual não se consegue perceber por parte dos concernidos, de modo que faz referência a uma certa fragilidade que a noção de autonomia carregaria dentro de si, paralelo as práticas institucionalizadas.

Para Piroddi (2022), a interpretação de Honneth ilumina o quão dominante se mostram os valores éticos que são compartilhados por grupos sociais, diferentemente, de Bourdieu, que entende o resultado de lutas sociais como um jogo de soma-zero, onde um grupo dominante impõe de modo arbitrários avaliações éticas e morais, mobilizando seus capitais sociais, econômicos, simbólicos ou culturais. Piroddi entende que, diferente de Bourdieu, Honneth compreende como lutas sociais por reconhecimento terminam atingir um grau de acordo:

Honneth destaca como valores éticos dominantes existem e funcionam em virtude de um reconhecimento social compartilhado por grupos sociais que podem ter interesses econômicos e políticos conflitantes. Pela mesma razão, Honneth faz questão de sublinhar como as lutas sociais por reconhecimento geralmente terminam com a obtenção de um acordo normativo entre as partes conflitantes [...] (PIRODDI, 2022, p. 322).



O que se torna problemático seria o fato de que, ao passo que Honneth iria aceitar uma noção referente ao conflito em Bourdieu, dentro de um espaço de interações sociais, seria descartada a noção bourdieusiana das normas tácitas, que aparecem como regras que ocorrem dentro do espaço social denominado enquanto campo. Isso ajuda a mostrar como Honneth está muito mais interessado no caráter de captar e fornecer uma interpretação que vise a autonomia dos sujeitos, e por isso que a rejeição frente a capacidade limitada de ação que a teoria de Bourdieu atribuiu aos indivíduos seria descartada para Honneth.

Além de Bourdieu, Honneth trata a respeito da figura de Merleau-Ponty naquilo que diz respeito a uma experiência individual sendo interpretado via um caráter particular. No seu texto de 1986, sob o título “Embodied Reason: On the Discovery of Merleau-Ponty” (HONNETH, 1995), Honneth resgata a conexão que Merleau-Ponty faz entre o corpo e a consciência. Essa conexão expõe a fenomenologia da percepção de Merleau-Ponty ao captar o corpo como fonte primária da percepção que tem um acesso privilegiado ao mundo em seu campo de interpretação.

As conexões referentes aos estudos de Merleau-Ponty estabelecidas por Honneth se tornam explícitas, pois ao passo que Honneth entende que a percepção humana poderia indicar um modo de orientação para o mundo, o corpo torna-se uma própria forma de conhecimento que seria pré-reflexivo. Em seu livro escrito em conjunto com Joas, Honneth acredita que, ao unir a própria fenomenologia de Merleau-Ponty com o interacionismo simbólico, pode resultar numa indicação onde a socialização se torna um fundamento primordial onde a percepção faz com que o homem tenha acesso ao mundo (HONNETH; JOAS, 1988, p. 116). Para Deranty (2009, p. 43), Merleau-Ponty enxerga que o fato de que o corpo do ser humano individual é ‘aberto ao mundo’, como relação empática enquanto criador da realidade social conectando-se a corrente do interacionismo simbólico de Mead, justamente pelo fato de que, nessa corrente, a realidade social se emerge quando uma ação humana incita outro indivíduo a agir, causando uma corrente de relações sociais que vão criando significado a um complexo formador da personalidade pautado na intersubjetividade. A noção a qual a realidade social dar-se-ia de uma específica configuração entre seres que agem conforme ações dos outros, fornecem a Honneth uma indicação em que a formação da personalidade e, por consequência, o campo de valores compartilhados, teriam como fundamento as expectativas que um sujeito teria mediante, seja suas pessoas de referência, ou os próprios parceiros de interação, caráter fortemente explícito em *Luta por Reconhecimento*. Esta análise de Honneth se mostra presente no seu *Luta por Reconhecimento* - capítulo 4: Reconhecimento e socialização: Mead e a transformação naturalista da ideia hegeliana (HONNETH, 2003, p. 145).



As referências a respeito da fenomenologia de Merleau-Ponty fazem Honneth chegar a Sartre via uma corrente teórica que também iria na contramão do estruturalismo francês no século XX, e que retoma justamente a noção de luta por reconhecimento do próprio Hegel. Entretanto, a noção a qual Sartre toma de Hegel é fortemente criticada por Honneth. Em seu artigo de 1988, escrito sob o título ‘The Struggle for Recognition: On Sartre’s Theory of Intersubjectivity’ Honneth ainda resgata o caráter de intersubjetividade, mas a partir da interpretação específica de Sartre que, apesar de peculiar, acaba resultando que, ao ser visto pelo outro, Sartre a compreende como “mortes das minhas possibilidades” (HONNETH, 1995, p. 161). Isso porque Honneth acredita que Sartre atribui uma negatividade ao encontro intersubjetivo realizado pelos indivíduos, de modo que isso se torna problemático pelo fato de que, diferentemente de Hegel, o francês veria a formação da autoconsciência a partir de um reconhecimento intersubjetivo por uma via negativa. Sartre aponta para Honneth não mais uma noção pré-reflexiva da consciência, mas sim, o ato de ser visto que abre a possibilidade de o indivíduo interpretar a si mesmo e sua realidade externa não mais mediante uma noção compartilhada da realidade, mas como uma nova noção objetificada da mesma:

No momento em que surge no meu campo de percepção outro sujeito cujo olhar se dirige a mim, sou capaz de apreender-me ou de me descrever porque percebo que para o outro sou um objeto de descrição (HONNETH: 1995, p. 160-161).

Isso porque Sartre iria tratar o outro como um tornar-se objeto mediante o olhar de quem se interage, aniquilando as possibilidades interpretativas adversas de outras formas de comunicação. O que Honneth tentaria resgatar para construção de seu conceito de reconhecimento, nesse sentido, seria a dimensão do conflito, porém, o que se mostra contrastante seria o modo como Sartre e Honneth encaram o conflito. Se Sartre parte da luta por reconhecimento de Hegel enquanto forma de objetificação do outro pela instrumentalização do olhar, isso se remeteria muito mais a uma luta por autoconservação hobbesiana, sob a interpretação de Honneth (HONNETH, 1995, p. 162), que justamente resgata de Hegel uma noção de intersubjetividade que indica o reconhecimento como um princípio interno que gera uma reciprocidade formando, por consequência, a identidade humana. Para Santoro (2024), Honneth tenta reinterpretar o pensamento de Sartre tentando extrair algum valor moral:

Um texto que precedeu a publicação de *The Struggle for Recognition* por alguns anos, intitulado “The Struggle for Recognition: On Sartre’s Theory of Intersubjectivity” (HONNETH, 1995b), oferece mais insights valiosos sobre como Honneth interpreta o desenvolvimento do pensamento sartreano neste estágio. Ele apresenta a “tese forte” de que a teoria da intersubjetividade de Sartre após *O Ser e o Nada* “seguiu o caminho produtivo de uma historicização gradual do negativo. Sartre gradualmente retrabalha sua concepção ao historicizar e contextualizar socialmente cada vez mais as condições para a distorção estratégica da interação humana, isto é, para o efeito reificador da comunicação” (HONNETH, 1995b,



p. 166). Como Honneth argumenta aqui: O segundo estágio dessa transformação de um negativismo ontológico da interação em um negativismo historicamente circunscrito da interação é então representado pela Crítica da Razão Dialética, na qual o fato da falta de possibilidades reais para a satisfação das necessidades humanas é considerado a causa das relações de competição entre os humanos (HONNETH, 1995b, p. 166; SANTORO, 2024, p. 42-43).

Ao passo que Santoro admite que Honneth não se aprofundou nos estudos de Sartre a respeito da tese que relance um olhar sobre o reconhecimento, Barros (2021) problematiza altamente a apropriação crítica que Honneth faz de Sartre na elaboração de seu próprio conceito de reconhecimento. O autor salienta que a objetificação a qual Honneth critica em Sartre é o próprio reconhecimento mútuo, pois Sartre iria partir, inicialmente, da noção do outro como sujeito, tomando como exemplo o fato de que quando a experiência da vergonha se torna consciente, seriam “as transformações que eu e meu mundo sofreremos quando experiencio a vergonha o sujeito estaria impossibilitado de causar a si, estando exclusivamente ao outro como detentor da possibilidade de incitar tal efeito no sujeito” (BARROS, 2021, p. 123-124). Desse modo, o conflito na interpretação de Honneth, segundo Barros, é uma impossibilidade do reconhecimento na teoria de Sartre, mas o autor discorda dessa afirmação porque o objetificar em Sartre, para Barros, não teria o caráter de depreciação, tal como as formas sociais de desrespeito na teoria do reconhecimento de Honneth, mas sim o fato de que ao retribuir o outro a noção de olhar, o sujeito já não seria mais o mesmo (BARROS, 2021, p. 124). Apesar de ser problemática a forma pela qual Honneth incorpora as teorias dos autores por ele abordados, tornando-as, muitas vezes, problemáticas para alguns autores, é importante salientar o que foi frisado no início do texto, ou seja, o fato da apropriação crítica de Honneth ter como intuito captar uma noção primordial que indica o modo como o reconhecimento enquanto estrutura conceitual em Honneth iria coincidir e ser construída paulatinamente, e nesse sentido, os apontamentos frente a filosofia e sociologia francesa se tornam instrutivos.

Em uma entrevista com Olivier Voirol (2011), Honneth admite que as origens de seu conceito de reconhecimento estariam fortemente ligadas a filosofia e sociologia francesa, porém, o uso dado por Honneth, admitido em entrevista, deu-se devido ao fato que o autor procurara uma correção frente ao déficit sociológico encontrado na teoria crítica de Habermas, mas isso para encontrar formas de expressão que não seriam mediadas pela linguagem e que poderiam transmitir, sobretudo, formas de desrespeito que poderiam assumir outras dimensões. Outra evidência que se verifica a respeito do fato de querer identificar influências e saber o porquê de Honneth ter se inserido no debate a respeito da sociologia e filosofia francesa, se encontra em sua introdução ao livro de 1995 *The Fragmented World of the Social*, onde Honneth deixa explícito que seu ímpeto ao se debruçar a respeito da tradição francesa foi devido a estratégias as quais Honneth buscava tentar compensar a própria fraqueza teórica



que ele estava verificando ao longo da trajetória intelectual da Escola de Frankfurt (HONNETH: 1995, p. xi). Nesse sentido, o que se mostrava para Honneth sobre as teorias de Bourdieu, Sartre e Merleau-Ponty formam um complemento frente a uma própria corrente competitiva a Teoria Crítica. Tendo isso em vista, é crucial neste momento verificar em que sentido as contribuições da primeira e segunda gerações da Teoria Crítica forneceram a Honneth tanto dúvidas quanto ferramentas conceituais para pensar um problema que era constante em todos os autores. Isso formará, justamente, o que Honneth irá entender como uma falha conceitual contínua que percorre toda a trajetória na Teoria Crítica, a qual ele tentará contornar, sobretudo devido as intuições que o acompanhavam desde os seus escritos de juventude.

O DÉFICIT SOCIOLÓGICO NA TEORIA CRÍTICA

As críticas elaboradas por Honneth em torno da sociologia francesa, assim como a própria abordagem a respeito da antropologia filosófica a qual Honneth estrutura junto com Hans Joas, conforme tratado anteriormente, fornecem fortes indicações sobre como o autor se volta para a Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, interpretando a sua trajetória por um viés que se direciona a partir da perspectiva da luta social. Tal influência fez com que Honneth rejeitasse logo de início qualquer inserção a respeito de uma teoria dos sistemas, ou uma noção de reificação aniquiladora da realidade social, perspectivas essas que acompanharam Habermas e Adorno, respectivamente. Desse modo, ao elaborar sua tese de doutorado, publicada sob o título *Crítica do Poder*, Honneth encontra um problema inicial que se desdobrará na sua teoria do reconhecimento.

Nesse momento específico, há de se pensar como a elaboração de *Crítica do Poder* acompanha a sua crítica pelo que denomina enquanto estágios reflexivos da Teoria Crítica mediante um problema inicial (HONNETH, 1991). O foco que se estrutura ao longo do livro é o fato de que cada estágio teria de responder ao antecedente a partir de determinados problemas, encarados enquanto déficits, deixado pelo estágio anterior. Tal característica peculiar é o que Honneth chama de déficit sociológico na Teoria Crítica. De acordo com Rúrion Melo (2017, p. 69), esse déficit partiria por uma reconstituição do aspecto social a partir da teoria do reconhecimento, de modo que as relações que as compõem se baseariam por expectativas normativas de comportamento. Em uma entrevista recente, Honneth retoma o que ele indicou como o déficit sociológico com maior propriedade:

Vi nisso o que chamei em meu livro de déficit sociológico porque eles não eram suficientemente dos poderes conflitantes de contramovimentos, subculturas e movimentos sociais como o movimento trabalhista. Eles simplesmente ignoraram que há discursos críticos de diferentes tipos



em todas as sociedades. Não há sociedade sem um lado inferior ou outro conflituoso (ALEXANDRATOS; COSTA, 2023, p. 127-128).

O que Honneth encara seria o fato de que a Teoria Crítica estaria num certo entrave teórico, pois não estabeleceu de modo suficiente o nexos entre a pesquisa empírica e a realidade social. A correção para esse entrave que circunda o déficit sociológico se daria no fato de que Honneth quer entender os próprios processos de integração social mediante os próprios conflitos, de modo que nessa intuição estaria enraizada a noção de reconhecimento, primeiramente entendida enquanto uma luta social que se desenvolverá numa luta pela identidade.

A chave analítica que Honneth pretende resgatar inicialmente seria a de Horkheimer, isso pelo fato de que, de acordo com Luiz Philipe de Caux (2015), o próprio projeto interdisciplinar ao qual Horkheimer estipulou com o seu programa para uma teoria crítica da sociedade em 1937, não foi possível de dar conta de suas próprias pretensões em detrimento de seu déficit sociológico. Para Veras (2020) o déficit sociológico ao que Honneth chama atenção em Habermas não considera o pressuposto ao qual o conflito revela formas de violação daquilo que as identidades presentes na dinâmica social poderiam reivindicar, justamente por estarem amarrados a uma prática linguística de interação. O que Caux problematiza a respeito de Horkheimer, acompanhando a teoria honnethiana, seria que, caso o autor tivesse seguido sua proposta em termos de uma teoria da ação, conforme apresentou em seu programa de uma Teoria Crítica, ele poderia ter delimitado seu próprio contexto prático (CAUX, 2015, p. 34). Entretanto, o enfoque no destinatário ao qual a Teoria Crítica tinha se debruçado em seu início, ou seja, o proletariado, acabou se extinguindo. Isso porque, de acordo com a interpretação de Helmut Dubiel (1985), há uma inquietação frente ao que se entende como o destinatário social ao qual a Teoria Crítica se voltava em seus primórdios. A explicação referente a isso se mostra pelo fato de que Horkheimer teria tentado atribuir o próprio destinatário da Teoria Crítica sendo o proletariado, seguindo as intuições referentes de Marx, entretanto, com o advento histórico do nazismo e do stalinismo no cenário político da Europa, Dubiel interpreta que Horkheimer atribui a estes dois grandes fatores como as causas da perda da centralidade ao proletariado, e sua consequente extinção enquanto objeto de análise na Teoria Crítica (DUBIEL, 1985, p. 109). Frente a isso, os próprios padrões que orientavam as classes consideradas dominadas, teriam de ser interpretadas por meio de práticas sociais cotidianas, entretanto, Horkheimer unicamente veria um determinado processo histórico da natureza se revelando como uma atividade crítica em seu potencial, aja vista os resultados procedentes da *Dialética do Esclarecimento*, porém, Honneth deseja mostrar que o critério de Horkheimer, ou seja, a apropriação da natureza, não seria a única atividade crítica. Nesse sentido, o modelo de desenvolvimento cultural ao



qual Honneth tentaria reinterpretar nessa trajetória seria referente a uma luta social (HONNETH, 1991, p. 28).

Além de Horkheimer, o vínculo ao qual este autor se desloca para um processo de reificação voltada ao trabalho faz Honneth observar nos escritos de Adorno, uma crítica referente a esta mesma dimensão. O grande problema encontrado em Adorno seria o fato de que este último, por ter condenado a razão a um mito originário, conforme ele, juntamente com Horkheimer, expõem em sua *Dialética do Esclarecimento*, faz-se entender que qualquer princípio de racionalidade imediatamente se revele como uma mera expressão velada de uma forma de dominação proveniente da natureza, o que iria se revelar enquanto razão instrumental.

Nesse sentido, a interpretação crítica a qual Honneth consegue contornar este impasse teórico estaria apresentada nos escritos Michel Foucault, pois, apesar de ter interpretado a realidade social também como expressão das formas sociais de dominação, este último a expressa por intermédio de sua teoria do poder e, portanto, não faz uso de uma concepção instrumental de razão, mas sim, de relações estratégicas de poder. A crítica à Foucault toma forma devido ao fato que Honneth entende que tais relações se cristalizam em uma forma de dominação social, apresentando a realidade social como algo descritivo. A diferenciação que Honneth aborda referente a Foucault seria o fato de que atitudes morais não poderiam estar contidas dentro de relações estratégicas. De acordo com Hilário e Cunha (2012, p. 172), Honneth opta por lidar com a teoria de Foucault como uma escola de pensamento competitiva à de Habermas, pelo fato de ambas optarem por dar continuidade a Teoria Crítica a qual Adorno tratava, mas de formas dicotômicas. Se Habermas intenta dar um novo passo teórico pela racionalidade comunicativa frente a razão instrumental impostas pelos frankfurtianos, Foucault analisa por uma arqueologia do saber que se desdobra numa teoria do poder que se dá mediante relações.

Nesse sentido, Hilário e Cunha ajudam a pensar esse momento de transição teórico-analítico em *Crítica do Poder* pois, se tanto Adorno quanto Foucault compreendem a realidade social como um todo complexo onde a característica principal se mostre como um controle da natureza externa e interna, o que diferencia ambos seria o fato de que Adorno enclausurou a realidade social a partir de uma perspectiva de dominação em seu modelo de sociedade administrada, onde toda a capacidade de crítica seria mero reflexo da realidade social reificada pelo capitalismo, assim como pelo stalinismo. Para Habermas (2016), tanto Adorno quanto Horkheimer, ao terem feito sua leitura a respeito da teoria da racionalidade de Weber, a partir do conceito de reificação em Lukács, entenderam a capacidade complexa de ação social apenas em seu caráter teleológico. Já Foucault, para Honneth, iria entender o tipo de integração social que permeia a sociedade moderna a partir de uma noção de instituições totais, que se ligam ao seu modelo analisado de panóptico enquanto rede disciplinar (HONNETH, 1991, p.



197). Honneth entende que Foucault iria estabelecer seu modelo enquanto uma sociedade unidimensional voltada ao processo disciplinar dos corpos, tornando-os dóceis. O que se pode perceber é que Honneth equipara Adorno e Foucault pelo fato de ambos enxergarem um processo de racionalização técnica que se conclui em organizações de dominação (HONNETH, 1991, p. 199).

Em uma entrevista concedida a Miriam Bankovsky, Honneth reforça sua posição com seu intuito de contrapor Foucault a Habermas para deixar explícito a robustez da noção de poder que atravessa formas intersubjetivas de interação:

Quando Foucault explica sistematicamente a interação social em termos de teoria de sistemas, ele ignora o fato de que os sujeitos têm a capacidade de participar, eles próprios, da autocrítica normativa de sua própria sociedade. Infelizmente, Foucault vê os sujeitos como indivíduos atomísticos e monológicos que são constitutivamente isolados uns dos outros e totalmente determinados por seu lugar no sistema de poder (HONNETH, 2021, p. 14)

Paralelo a este processo, Honneth verifica que Foucault haveria estabelecido um outro modelo, ao qual o abandonou em detrimento de sua teoria ter se voltado a uma microfísica do poder, que seria a apreensão teórica de relações estratégicas de poder, o que o diferenciava de uma noção de ação instrumental em Adorno. Para Alvez et al (2020) Adorno se insere na teoria crítica pelo seu método acerca do ensaio como forma, onde não somente se descreve o que se vivo, mas também não se realiza abstrações, mas sim, se une teoria e práxis na descrição do real com embasamento teórico enquanto ensaio-teórico-crítico. Nesse sentido, a crítica a Foucault por parte de Honneth se mostra pelo fato de que sua análise referente ao processo disciplinar se revela como a maior característica enquanto transformação na sociedade, o que o conecta as técnicas de racionalização em Weber (HONNETH, 1991, p. xxvii).

Isso denota a forma conforme Honneth interpreta criticamente um sentido muito enviesado de poder, que não pode mais ser operado se o intuito de uma teoria crítica da sociedade visa a emancipação, conforme destaca Hornqvist (2022):

Axel Honneth descreveu agudamente um impasse na teoria social crítica. 'Um problema central para uma teoria crítica hoje', ele escreveu no posfácio de *The Critique of Power*, era elaborar uma estrutura conceitual que pudesse dar conta da estrutura do poder social e, ao mesmo tempo, capturar 'os recursos sociais para sua superação prática'.¹⁰ Ele acreditava que o poder social poderia ser contabilizado, mas não de uma forma que desse espaço e atenção suficiente aos 'recursos sociais para sua superação prática'. O impasse foi produzido em parte pelo próprio sucesso da crítica (HORNQVIST, 2022, p. 64).

Tendo aderido a uma ideia de luta social, mas voltada as relações estratégicas, Honneth entende que Foucault deu um passo além de Adorno, porém, não conseguiu compreender o caráter moral que estaria inscrito dentro de uma teoria baseada na luta social.



A saída encontrada por Honneth dar-se-ia mediante os trabalhos realizados por Jürgen Habermas, que possibilitavam interpretar processos sociais de aprendizagem moral, porém, a corrente linguística da interpretação habermasiana permite uma leitura da sociedade como base de relações livre de normas de ações instrumentais ou estratégicas de poder (HONNETH, 1991, p. 243). Por intermédio do conceito de ação comunicativa na teoria habermasiana, há um distanciamento das correntes explicativas anteriores pelo fato de a explicação para as estruturas de dominação social se dar por uma consequência de um processo comunicativo, e não por uma estrutura legitimada enquanto perpetuação da dominação. Nesse sentido, a própria interpretação de Habermas (2002), ao qual Honneth segue, mostra uma unilateralidade interpretativa como análise da razão estabelecida tanto por Horkheimer quanto Adorno e Foucault.

De acordo com Souza, Honneth não abandonaria totalmente o pressuposto habermasiano, mas desenvolveria a partir de Habermas caso a lógica comunicativa voltada ao consenso desse lugar a uma “teoria da integração da integração em que contatos entre sujeitos são concebidos como uma luta por reconhecimento de suas identidades” (SOUZA, 2019, p. 67).

Nesse sentido, o modelo habermasiano de sociedade estaria baseado na tese em que o processo de racionalização social seria compreendido pelo desenvolvimento social, entretanto, Habermas teria cometido o equívoco de não se atrelar a noção de luta social.

De tal modo, seria resgatando as teorias de Foucault e Habermas enquanto atitudes teóricas complementares, que Honneth entende esse processo como um modelo de construção para a realidade social poderia ser interpretado como processo de integração social voltado a uma luta por reconhecimento (HONNETH, 1991).

Isso porque o modelo de sociedade estabelecido por Habermas gera o efeito ao qual Honneth irá denominar como ficção teórica (HONNETH, 1991, p. 298), pois, ao estabelecer uma dualidade enquanto uma lógica sistêmica que lida com mediuns tais como o dinheiro e o poder, estes operam paralelamente ao Mundo da vida, que teria como lógica operante a ação comunicativa, sendo este um espaço moral ausente de conflitos. Honneth entende que tal ficção não existe na realidade social prática. Isso porque Honneth acredita que os conflitos não ocorrem em um determinado espaço caracterizado mediante a administração pública e econômica onde se encontram tais médiuns, mas sim, os processos de integração social seriam mediados pelos próprios conflitos sociais.

Sobre a proposta presente em *Crítica do Poder*, Knieriem (2024) reflete com propriedade a conjuntura do livro:

Honneth critica dois de seus predecessores nessa tradição, Adorno e Horkheimer, por terem abandonado essa busca por um potencial emancipatório dentro da sociedade: eles pensavam que a dominação capitalista havia se tornado poderosa demais para acreditar mais na emancipação



dela (65–66). Um terceiro teórico crítico, Habermas, encontrou esse potencial emancipatório na sociedade, a saber, no ideal de ação comunicativa. Honneth critica esse movimento também. Pode ser verdade que um desvio do ideal de ação comunicativa livre de dominação fornece um ponto de referência para a crítica, mas, de acordo com Honneth, não está nada claro ‘quais experiências morais dentro da realidade social devem corresponder a esse ponto de vista crítico’ (70). Para Honneth, um desvio do ideal de comunicação livre de dominação é uma ideia muito abstrata; não está na base da experiência moral de ser tratado injustamente (KNIERIEM, 2024, p. 5).

A abordagem de Kneiren indica que o caminho traçado por Honneth nesse livro indica como o fundamento moral da crítica se deia observar muito mais por uma experiência moral que transcende a virada linguística proposta por Habermas. Nesse sentido, torna-se primordial entender como o conceito de reconhecimento em Honneth estaria se fundamentando principalmente na crítica a Habermas, pois, diferente da perspectiva da visão dualista de uma sociedade que, baseada num modelo tal como o mundo da vida, sendo interpretado como ausente de conflitos, Honneth entende que a ideia de luta por reconhecimento iria se dar por trás da própria ação comunicativa, como ressalta Marcos Nobre, no prefácio de *Luta por Reconhecimento* (2003), onde a proposta de *Crítica do Poder* demonstra que a virada linguística da racionalidade comunicativa em Habermas, tentando solucionar os impasses deixados por Adorno e Horkheimer, seria interpretada como anterior ao conflito. Habermas iria fundamentar toda a teoria a partir do agir comunicativo, em que a base de formação dos indivíduos iria partir dela, dando ao aspecto de conflito apenas um caráter secundário a sua proposta teórica, e já Honneth iria encarar que seria o paradigma da luta social que iria constituir a identidade dos indivíduos, e não a ação comunicativa. Para Santos (2021), Honneth entende a identidade humana por essa perspectiva dialógica do reconhecimento onde um indivíduo produz em si o mesmo comportamento produzido no outro, percebendo sua consciência em formação com a subjetividade do outro, provocando manifestações no seu parceiro de interação, atingindo a consciência da identidade de si próprio.

Para Honneth, sendo a base da interação, nesse momento específico de sua formação, o próprio conflito, ela se mostra como a base originária da formação da subjetividade nos indivíduos mediante uma luta por reconhecimento, e por isso, a necessidade de Honneth de estruturar sua teoria em seu mais famoso livro *Luta por Reconhecimento*, construindo uma forte hipótese ao demonstrar o porquê de existirem conflitos sociais e qual a sua relevância para as mudanças sociais tendo como base um conceito formal de eticidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como intuito apresentar as vertentes teóricas iniciais que levaram Honneth a formular o seu conceito de reconhecimento, considerando suas raízes teóricas. Nesse sentido, o esboço



teórico elaborado e seus primeiros escritos voltados as análises de Marx deram fortes indicações para Honneth ao olhar a realidade social baseada em conflitos, sobretudo a partir da perspectiva marxista de antagonismo de classe. Entretanto, o que se percebe é que Honneth propõe uma interpretação única do marxismo, isso devido as suas fortes influências, sobretudo a inserção na antropologia filosófica. Tal corrente permitia encarar a realidade mediante um caráter relacional entre indivíduos onde a estruturação da realidade social dava-se mediante uma perspectiva relacional. A vertente que pertence ao hegelianismo de esquerda, voltado a Feuerbach, apresentou certas evidências a respeito de como a antropologia filosófica seria interpretada por Honneth enquanto uma ferramenta conceitual que ligaria o materialismo histórico ao antropológico, o que se mostrava como herança depois em seu consolidado livro *Luta por Reconhecimento* a partir de uma compreensão pós-metafísica de reconhecimento buscada nos estudos de Mead. O aspecto da relação corporal em Feuerbach fez com que Honneth pudesse se conectar, posteriormente, ao interacionismo simbólico por justamente sair de um modelo de abstração do reconhecimento baseada em Hegel que estaria preso a relações concretas de reconhecimento voltadas à um Estado burguês.

Estabelecendo o percurso intelectual feito pelo jovem Honneth, verificou-se que sua inserção na filosofia e sociologia francesa se deu sobretudo na tentativa de averiguar leituras alternativas frente a teoria crítica elaborada por Habermas, sobretudo a respeito de seu modelo de sociedade, ao qual Honneth discorda. Com isso, a apreensão crítica de autores como Sartre com a sua noção do olhar objetificante, Merleau-Ponty com seu caráter pré-reflexivo que orienta o mundo deixando-o como capacidade ‘em aberto’ para a sua perpétua transformação e Bourdieu, com sua noção de luta simbólica colocada em paralelo com uma ação moral de luta que iria na contramão de uma luta social inserida num campo para obter prestígio mediante critérios de distinções sociais, deixaram claras como a interpretação de Honneth se pautava, sobretudo, numa noção de conflito, porém, foi teorizado como Honneth sempre teve em mente se ancorar criticamente a essa noção de conflito por ter como entendimento prévio uma noção moral que era inerente a qualquer tipo de relação social. Nesse sentido, a conexão entre sua abordagem da antropologia filosófica com a análise dos autores franceses formava a base de sua pretensão teórica, o que o já desligava de uma teoria dos sistemas como parte integrante enquanto modelo de sociedade, ou uma visão fatalista da realidade social tal como a sociedade administrada elaborada por Adorno. Dessa maneira, Honneth iria se debruçar sobre a trajetória da Teoria Crítica, carregado de pressuposições que o permitiram interpretar a corrente teórica desta tradição voltadas a uma perspectiva de conflitos morais, onde Honneth pôde ver o que ele denominou como o déficit sociológico na Teoria Crítica. Isso porque em todos os estágios pertencentes a essa tradição, Honneth entendeu que nenhuma delas deu o enfoque devido ao caráter moral que estaria inscrito nos



conflitos sociais. Com a inserção de Foucault ao fazer a leitura crítica do modelo de Habermas, Honneth encarou ambas como teoria complementares de um modelo de sociedade que o auxiliou a encarar o conceito de reconhecimento como fonte emergente daquilo que iria formar a identidade humana.

A correção frente ao dualismo habermasiano encarado como ficção teórica, além do caráter moral resgatado por Habermas enquanto processo de aprendizagem, juntamente com a noção de luta social a qual Honneth conseguiria verificar em Foucault, permitiu a Honneth entender uma concepção de reconhecimento, inicialmente tratada em *Crítica do Poder* a partir de uma luta social, como esta poderia indicar uma teoria social na qual estaria inscrita uma lógica moral, que apontasse uma noção formal que explicasse o porquê de haverem conflitos sociais e qual a sua importância. Assim, todas essas intuições forneceram pressupostos que fomentaram uma fortíssima hipótese que se revelou em *Luta por Reconhecimento* de 1992, ao qual Honneth teve como intuito de explicar o porquê de os indivíduos lutarem por reconhecimento, e nesse sentido, a luta por reconhecimento poderia indicar, por meio de sua lógica moral, um sentimento compartilhado de desrespeito por uma camada da sociedade.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRATOS, F. S.; COSTA, P. “The Task of Critique is to Question the Ontological Premises of our Identity’. An Interview with Axel Honneth”. **Revista Italiana dia Filosofia Italiana**, n. 5, 2023.

AVELINO, W. F. *et al.* “A escola como espaço de aprendizagem: implicações para as políticas educacionais”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 9, n. 25, 2022.

BARROS, M. **Do reconhecimento ao corpo: diálogos entre Sartre, Hegel e Honneth**. Pelotas: Editora da UFPel, 2021.

BRESSIANI, N. **Crítica e poder? crítica social e diagnóstico de patologias em Axel Honneth** (Tese de Doutorado em Filosofia). São Paulo: USP, 2015.

CAUX, L. P. “Contorno e limites do conceito do social em Axel Honneth”. **Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea**, vol. 3, n. 1, 2015.

DERANTY, J. P. “A Teoria Crítica entre Marx e Honneth”. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, vol. 18, n. 3, 2018.

DERANTY, J. P. **Beyond Communication: a critical study of Axel Honneth’s social philosophy**. Leiden: Brill, 2009.

DUBIEL, H. **Theory and Politics: studies in the development of critical theory**. Cambridge: The Mit Press, 1985.

HABERMAS, J. **O Discurso Filosófico da Modernidade**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2002.

HABERMAS, J. **Técnica e ciência como “ideologia”**. São Paulo: Editora da Unesp, 2014.



HABERMAS, J. **Teoria do Agir Comunicativo**: Racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2016.

HILÁRIO, L. C.; CUNHA, E. L. “Michel Foucault e a Escola de Frankfurt”. **TRANS/FORM/AÇÃO: Revista De Filosofia**, vol. 35, n. 3, 2012.

HONNETH, A. **The Fragmented World of the Social**: Essays in Social and Political Philosophy. Albany: State University of the New York Press, 1995.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

HONNETH, A. **The Critique of Power**: reflexive stages in a critical social theory. Cambridge: The MIT Press, 1991.

HONNETH, A.; BANKOVSKY, M. “Recognition Across French-German Divides: The Social Fabric of Freedom in French Theory”. **Critical Horizons**, vol. 22, n. 1, 2021.

HONNETH, A.; JOAS, H. **Social Action and Human Nature**. New York: Cambridge University Press, 1988.

HORNQVIST, M. “Critique and cognitive capacities: Towards an action-oriented model”. **Philosophy and Social Criticism**, vol. 48, n. 1, 2022.

KAUPPINEN, A. “Reason, Recognition, and Internal Critique”. **Inquiry: An Interdisciplinary Journal of Philosophy**, vol. 45, n. 4, 2002.

KNIERIEM, M. “The limits of recognition”. **Inquiry** [2024]. Disponível em: <www.tandfonline.com>. Acesso em: 23/03/2024.

LYSAKER, O. “Transnational Struggle for Recognition: Axel Honneth on the Embodied Dignity of Stateless Persons”. In: SCHWEIGER, G. (eds.). **Migration, Recognition and Critical Theory**. Cham: Springer, 2021.

MELO, R. (coord.). **A teoria crítica de Axel Honneth**: reconhecimento, liberdade e justiça. São Paulo: Editora Saraiva, 2014.

MELO, R. “Repensando o déficit sociológico da teoria crítica: de Honneth a Horkheimer”. **Cadernos De Filosofia Alemã: Crítica E Modernidade**, vol. 22 n. 2, 2017.

NOBRE, M. “Luta por reconhecimento: Axel Honneth e a Teoria Crítica”. In: HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

PIRODDI, C. “Fields of Recognition: A Dialogue Between Pierre Bourdieu and Axel Honneth”. **Human Studies**, vol. 45, 2022.

SANTORO, V. “Honneth como lector de Sartre. Sobre los límites de la interpretación honnethiana del paradigma de reconocimiento de Sartre”. **Revista Stultifera**, vol. 7, n. 2, 2024.

SANTOS, S. B. “Justiça distributiva e o reconhecimento”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 5, n. 15, 2021.



SOBOTTKA, E. A. **Reconhecimento**: Novas Abordagens em Teoria Crítica. São Paulo: Editora Annablume, 2015.

SOUZA, L. G. C. **Reconhecimento, redistribuição e desreconhecimento**: um debate com a teoria crítica de Axel Honneth. Florianópolis: Editora da UFSC, 2019.

VERAS, T. **Fisionomia da vida patológica**: crítica ao capitalismo em Axel Honneth. Rio de Janeiro: Editora Ape`Ku, 2019.

VOIROL, O.; HONNETH, A. A “Teoria Crítica da Escola de Frankfurt e a teoria do reconhecimento (entrevista com Axel Honneth)”. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, n. 18, 2011.

ZURN, C. **Axel Honneth**. Cambridge: Polity Press, 2015.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VI | Volume 19 | Nº 56 | Boa Vista | 2024

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima